

GEOLINGÜÍSTICA E PRÁTICAS DISCURSIVAS: O LÉXICO PAULISTANO

Irenilde Pereira dos SANTOS ¹

RESUMO : Este trabalho faz parte do projeto coletivo "Estudo sociogeolingüístico do município de São Paulo: o léxico – parte I", desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Dialectologia e Geolingüística – GPDG/USP, e se inscreve no conjunto de estudos que se efetuam atualmente com vistas à constituição de bancos de dados lexicais para a elaboração de atlas lingüísticos, na Universidade de São Paulo. O projeto tem por objetivo elaborar um banco de dados lexicais do português falado no município de São Paulo, do ponto de vista sociogeolingüístico. Às diretrizes propostas pelos dialetólogos voltados aos trabalhos de cunho geolingüístico desde a segunda metade do século XIX, acrescentam-se elementos do saber/fazer sociolingüístico, como em outros centros em que se desenvolve a pesquisa geolingüística na atualidade. No momento, ao lado da coleta dos dados, efetuam-se as primeiras análises semântico-lexicais. Este trabalho busca apresentar o percurso em busca de um referencial teórico-metodológico que possa dar conta da análise dos dados. Enfocam-se particularmente os procedimentos teórico-metodológicos que norteiam a análise dos itens lexicais da fala paulistana.

PALAVRAS-CHAVE : Análise do discurso; Geolingüística, variação lingüística; interação social.

Introdução

Um atlas lingüístico deve prever, pelo menos, dois interlocutores. De um lado, um sujeito/autor produz um texto que se propõe a revelar a complexidade da variação lingüística de cunho diatópico de grupos sociais, em papel e/ou em meio eletrônico. De outro, um sujeito/leitor o examina, buscando interpretar os elementos que o sujeito/autor tencionou mostrar. Como se pode observar, o binômio produção/interpretação embasa o movimento que leva os dois sujeitos – autor e leitor - à (re) construção dos vários sentidos de um fenômeno lingüístico, qual seja, a variação lingüística subjacente ao

¹ - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-Departamento de Lingüística /Universidade Cruzeiro do Sul-Mestrado em Lingüística; Caixa Postal 26097, CEP 01060-970, São Paulo-SP, Brasil, endereços eletrônicos: irpesan@usp.br/irenilde.santos@cruzeirodosul.edu.br.

saber/fazer geolingüístico. Dito em outras palavras, um atlas lingüístico é um texto que dá origem a vários outros textos.

A essa constatação somou-se a complexidade inerente à descrição da variação lexical de São Paulo, cidade que exhibe um multiculturalismo ímpar. Conseqüentemente, efetuou-se um projeto piloto para a testagem dos procedimentos teórico-metodológicos. Após a avaliação dos resultados, passou-se a readequar os procedimentos a serem seguidos.

Este trabalho, fruto de uma reflexão sobre essa etapa, busca apresentar o percurso em busca de um referencial teórico-metodológico que possa dar conta da análise dos dados lexicais. Enfocam-se particularmente os procedimentos teórico-metodológicos que se pretende utilizar na análise dos itens lexicais da fala paulistana.

Discurso e Geolingüística

Na atualidade, a abordagem dos aspectos semântico-lexicais de uma língua deve conter em seu bojo o exame de uma concepção de linguagem/discurso que leve em consideração os avanços da Lingüística encetados nas últimas décadas.

Isso se afigura não apenas pertinente como necessário, uma vez que, em oposição à concepção estruturalista de língua, aliada a uma visão mecanicista da comunicação, passou-se a privilegiar uma concepção sócio-interacionista de língua. Conseqüentemente, o exame das unidades lingüísticas, dentre as quais se incluem as lexicais, vinculadas exclusivamente à cadeia frástica, cedeu lugar ao estudo das práticas discursivas que se desenvolvem na interação social. Esse enfoque pode ser observado

nas diversas correntes voltadas para o estudo da linguagem que despontaram nas últimas décadas do século XX. Dentre elas, destaca-se aqui a Análise do Discurso de linha francesa, que confere atenção especial à atividade discursiva dos sujeitos, com relação a diferentes contextos e situações, enquanto membros de grupos que atuam na sociedade.

É fato incontestado que a linguagem, faculdade essencialmente humana, se desenvolve na interação social. Por meio da linguagem, a todo instante, os interlocutores, quer como falantes, quer como ouvintes, quer como leitores, quer como escritores, a todo instante, transmitem e reiteram informações e significações. Ao fazê-lo, os falantes/ouvintes/leitores/escritores produzem discursos. De acordo com Brandão (2007), “podemos definir discurso como toda atividade comunicativa entre interlocutores; atividade produtora de sentidos que se dá na interação entre falantes”.

Na produção discursiva, os interlocutores expressam sentimentos, crenças e valores atribuindo sentidos, que não são apenas seus, mas dos grupos sociais a que pertencem. Por conseguinte, costuma-se dizer que a linguagem se desenvolve na interação entre sujeitos, isto é, interlocutores que se colocam no discurso, enquanto membros de grupos que atuam na sociedade. Vale lembrar que esses sujeitos, na qualidade de membros de grupos sociais, estão relacionados a um determinado tempo e a um dado espaço geográfico.

Por tempo, entende-se aqui o tempo sócio-histórico, segundo postula a Análise do Discurso de linha francesa, pois as marcas temporais constantes dos discursos desses sujeitos revelam, ou melhor, desvelam crenças, valores e sentimentos de uma determinada época, a saber, da época em que vivem.

O espaço não se restringe a um elemento exclusivamente geográfico. Embora, num primeiro momento, privilegie-se o local, levando ao estabelecimento de uma correlação dos sujeitos com o lugar em que residem, nasceram ou cresceram, o espaço não corresponde estritamente à configuração geográfica. Como aponta a Geografia, não se resume ao chamado espaço físico ou à configuração espacial. Reportamo-nos particularmente a Santos (1966, p. 61) quando salienta:

a configuração geográfica e paisagem – substituem freqüentemente e equivocadamente a palavra espaço. Ora a configuração espacial é um dado técnico, enquanto o espaço geográfico é um dado social.

Desnecessário se torna dizer que o tempo e o espaço, entendidos numa perspectiva sócio-histórica, supõem necessariamente a participação dos grupos que atuam na sociedade. Dito em outras palavras, o tempo e o espaço implicam a presença dos sujeitos, os quais, ao expressar seus sentimentos, crenças e valores, participam de grupos sócio-históricos. A expressão desses sentimentos, crenças e valores se materializa na língua, na atividade discursiva dos sujeitos. Dito em outras palavras, a materialidade lingüística constitui a manifestação da interação social. Conseqüentemente, além dos conhecimentos de natureza estritamente lingüística, ditos gramaticais, na interação social, os sujeitos devem ter competência em outros saberes. As unidades lingüísticas passam a ser examinadas necessariamente a partir de um contexto de produção. Embora os diversos tipos de unidades lingüísticas sejam significativos quanto a esse aspecto, e já o demonstraram Benveniste (1988) e outros pesquisadores, no presente trabalho, enfoca-se apenas o léxico.

Léxico e Geolingüística

Em “As ciências do léxico”, Biderman (2001, p. 13) observa que o léxico “constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo”. A seguir, explica como isso se processa (op. cit):

Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico humano de conhecimento do universo. Ao reunir os objetos em entidades diferentes, o homem foi estruturando o mundo que o cerca, rotulando essas entidades discriminadas. Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais.

Acrescenta outro dado ao dizer que (op.cit.):

ao nomear, o indivíduo se apropria do real como simbolicamente sugere o relato da Bíblia [...] A geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência, cristalizada em signos lingüísticos.

Os trechos indicam dois elementos que caracterizam o léxico de uma língua natural, a saber: nomeação e cognição da realidade. Entretanto, a leitura de ambos e a observação da atividade discursiva dos sujeitos contribuem para esclarecer o que é o léxico de uma língua.

Inicialmente, quando a autora diz que a “geração do léxico se processou e se processa através de atos sucessivos de cognição da realidade e de categorização da experiência”, observa-se uma clara referência aos atos de categorização e recategorização do mundo referencial/imaginário. Evidencia-se aí a presença dos sujeitos que, na interação social, categorizam e recategorizam o mundo

referencial/imaginário a todo instante. Trata-se de um processo extremamente dinâmico, pela própria natureza da interação social.

Além dessas observações que o segundo trecho aponta, nota-se que os signos lingüísticos de tipo lexical só se caracterizam como cristalizados do ponto de vista da unidade construída. Na verdade, as unidades lexicais são dotadas de sememas que permitem várias combinatórias no nível discursivo. Essa constatação conduz necessariamente a várias leituras do percurso lexical na interação social.

Uma das mais expressivas é o desempenho do semema na atividade discursiva. O léxico, por meio de seus sememas, faz sobressair o universo sócio-histórico de comunidades lingüísticas, bem como assinala a natureza complexa da interação social. Dessa forma, em lugar de ser um retrato dos aspectos sócio-históricos dos grupos sociais, o léxico põe em foco processos sociais em curso na sociedade.

Isso pode ser visto na atividade discursiva, quando, por exemplo, um item lexical passa a ter um significado diferente daquele utilizado habitualmente. Ocorre, então, a ampliação ou restrição semêmica no discurso, de acordo com o contexto, conforme já explicitara Pottier (1978). Outras vezes, utilizam-se itens lexicais diferentes para o mesmo objeto do chamado mundo referencial/imaginário. Em ambos os casos, quer seja pelo uso de parassinonímia, quer seja pelo uso de diferentes itens lexicais, as variações lingüísticas indicam os diferentes lugares sócio-histórico-ideológicos de onde falam os sujeitos e as diferentes condições de produção.

Não menos significativo é o uso de itens lexicais que, classificados como formas em desuso ou inovações, retratam as rápidas transformações por que passa a sociedade. De um lado, situam-se os grupos conservadores que mantêm determinados itens

lexicais. De outro, assomam os grupos mais abertos às ondas de mudança trazidas pelo progresso científico e tecnológico, provocando o aparecimento de novos itens lexicais. Cumpre acrescentar a grande mobilidade demográfica que tem dado origem a fenômenos lingüísticos de vários tipos.

Em suma, o léxico não é apenas nomeação e cognição da realidade. Ele reflete, no equilíbrio permanente entre conservação e inovação, bem como no movimento de restrição e ampliação semêmica no discurso, a dinâmica social.

Essa natureza particular do léxico tem-se constituído em desafio para a abordagem dos itens lexicais no saber/fazer geolingüístico. Para a elaboração de um atlas lingüístico, após a etapa inicial de levantamento dos indicadores sociais e do mapeamento histórico-geográfico da área a ser pesquisada, etapa fundamental uma vez que fornece os elementos para a constituição da rede de pontos, isto é, as localidades a serem investigadas, passa-se à seleção dos informantes/sujeitos, de acordo com determinadas variáveis sociais, como, gênero, faixa etária e escolaridade. A seguir, efetua-se a coleta dos dados, que consiste na aplicação do questionário semântico-lexical, em entrevista *in loco*. Em seguida, procede-se à transcrição dos dados e ao tratamento quantitativo dos itens relativos às respostas ao questionário. Desse procedimento resultam listas, tabelas e cartas. As primeiras constituem um rol dos fenômenos lingüísticos presentes na rede de pontos, em ordem decrescente de freqüência. As últimas retratam o rol dos fenômenos lingüísticos da rede de pontos e permitem o relacionamento de variáveis lingüísticas com variáveis sociais, por meio de índices quantitativos. Finalmente, as cartas ilustram a freqüência e a distribuição dos fenômenos lingüísticos na área pesquisada. Em alguns trabalhos, incluem-se as notas dos pesquisadores, em geral, reprodução de falas dos sujeitos ou observações.

As cartas referentes às várias questões, cuja reunião constitui o atlas lingüístico, retrata a variação diatópica. Dito em outras palavras, os atlas lingüísticos descrevem a variação lingüística numa rede de pontos, estabelecida por vários critérios, dentre os quais se destacam equidistância, configuração demográfica e importância sócio-histórica. Em virtude da inclusão de outras variáveis na elaboração dos atlas lingüísticos, necessidade identificada no percurso do saber/fazer geolingüístico, podem ser denominados atlas sociogeolingüísticos.

Como a pesquisa geolingüística tem etapas bem definidas, culminando com a apresentação de listas, tabelas e cartas, pode dar a impressão de se constituir num saber/fazer mecânico, cujo resultado é o atlas. Entretanto, cumpre assinalar que o atlas é, na verdade, um documento que dá origem a várias leituras. Ele traz em seu bojo as vertentes dos procedimentos teórico-metodológicos que norteiam a pesquisa geolingüística.

Procedimentos teórico-metodológicos

Após a avaliação da aplicação do projeto piloto, decidiu-se que, ao lado dos procedimentos teórico-metodológicos tradicionalmente utilizados na Geolingüística, três aspectos seriam enfatizados no “Estudo sociogeolingüístico do município de São Paulo: o léxico – parte I”: (i) constituição de um banco de dados lexicais; (ii) indicação de normas lexicais; (iii) descrição dos itens lexicais no discurso.

A constituição de um banco de dados lexicais afigura-se como uma necessidade diante do número elevado de dados resultantes da aplicação do questionário. Nos primeiros trabalhos, utilizava-se parte dos dados coletadas para a elaboração do atlas,

ficando os demais para uso posterior. Hoje, cada vez mais, os pesquisadores têm utilizado *softwares* para a elaboração de bancos de dados, de modo a permitir que o material seja não apenas utilizado de forma mais eficaz como também seja posto à disposição da coletividade. Além da elaboração de planilhas, que quantificam as ocorrências lexicais e facultam a elaboração de tabelas e gráficos, os *softwares* têm possibilitado o cruzamento das variáveis lingüísticas com as sociais. Isso tem facilitado não apenas o tratamento de um número elevado de dados como também a descrição adequada do fenômeno lingüístico. Assim, ao lado do repositório dos dados lexicais, representado pelos bancos de dados, tem-se o exame de aspectos semântico-lexicais específicos, sob a forma do cruzamento de variáveis, ambos levando à descrição da realidade lingüística de comunidades lingüísticas e grupos sociais.

Embora os bancos de dados lexicais sejam significativos, pois englobam a fala do conjunto dos sujeitos, é necessário que se saiba quais são os elementos de alta frequência e distribuição regular numa dada área. Em outras palavras, apontar qual é a norma ou as normas dos grupos sociais.

Mas, o que se entende por norma? Em oposição à norma vista numa perspectiva prescritiva, orientação encontrada na gramática normativa, a norma remete ao conjunto de “modelos fixados, usados e consagrados por uma comunidade lingüística ou um segmento social” (SANTOS, 1992). Nesse sentido, relaciona-se com o conceito de norma proposto por Coseriu - "um sistema de realizações obrigadas, de imposições sociais e culturais, e varia segundo a comunidade" (COSERIU, 1979, p. 74).

Na norma, os sujeitos produzem enunciados que constituem criação e (re) criação da fala de suas comunidades, em conformidade com a gramática do sistema de sua língua.

Embora se utilize freqüentemente o termo no singular, numa comunidade lingüística, é possível a identificação de normas de:

- espaço físico;
- classes sociais;
- faixa etária;
- grupos profissionais;
- discurso;
- gênero;
- modalidade;
- situação;
- culta

Com estatuto lingüístico específico, essas normas se interseccionam a todo instante, uma vez que os sujeitos se servem de várias delas a todo instante, combinando-as na atividade discursiva. Além disso, conforme sua natureza, algumas normas se subdividem em subnormas. Quer se trate de norma, quer se trate de subnorma, como modelos fixados, usados e consagrados por uma comunidade lingüística ou um segmento social, ambas servem legitimamente à expressão de seus membros. Assim como uma língua expressa a identidade de um povo, cada norma expressa a identidade de um determinado grupo social. Entretanto, em virtude do sistema de valores vigente nas comunidades e/ou grupos sociais, tende-se a valorar positiva ou negativamente determinadas normas. Em artigo publicado anteriormente, apontávamos alguns fatos relacionados a essa atitude (SANTOS, 1992):

1) o desprezo pela modalidade oral, norma de modalidade tida como incorreta para alguns, mesmo em situações em que ela é exigida;

2) o desprestígio de algumas normas de espaço físico e sua tendência ao desaparecimento;

3) a chamada norma culta tornar-se a forma mais prestigiada na sociedade e, como tal, ser imposta a alguns segmentos sociais, aos quais ela é apresentada como a única possibilidade lingüística correta.

Além de conjunto de modelos fixados, usados e consagrados por uma comunidade lingüística ou um segmento social, a norma se caracteriza como “conjunto dos fatos de alta freqüência e distribuição regular no discurso dos sujeitos falantes” (BARBOSA, 1989, p. 573-4). Dessa forma, é possível dizer que, nos atlas lingüísticos, a alta freqüência e a distribuição regular de um dado fenômeno lingüístico numa rede de pontos, apresentada sob a forma de listas, tabelas e cartas, constitui a norma daquele fenômeno naquela rede específica. Por vezes, quando um dado fenômeno tem alta freqüência e distribuição irregular, isto é em dado (s) ponto (s), dizemos que é a norma daqueles pontos. Já os fenômenos com baixa freqüência e distribuição regular indicam um uso secundário de uma dada forma. Por último, os fenômenos com baixa freqüência e distribuição irregular apontam para usos em pontos específicos.

Quer os itens lexicais estejam em bancos de dados, quer estejam em cartas, eles se integram na atividade discursiva. Dessa forma, é possível afirmar que o saber/fazer geolingüístico pressupõe uma atividade discursiva que ultrapassa as respostas do questionário e os itens lingüísticos das cartas. Os dados lingüísticos estampados nos atlas lingüísticos são parte constitutiva da produção discursiva que os sujeitos desenvolvem na interação social. Trata-se de uma atividade que constrói e reconstrói sentidos, se desenvolve em relação a um dado tempo sócio-histórico e no seio de uma comunidade lingüística localizada num determinado espaço.

Conseqüentemente, os dados lexicais registrados nos atlas lingüísticos integram os discursos dessa comunidade. Como estão atravessados por sentimentos, crenças e valores dos sujeitos, os diferentes discursos expressam a ideologia de uma determinada comunidade. Ao mesmo tempo, esses discursos, ao produzir e reproduzir sentidos, expressam as transformações sócio-históricas de uma comunidade de modo explícito ou não.

Esses elementos são extremamente significativos quando se examina como se processa a atividade discursiva em Geolingüística, sobretudo no tocante ao léxico. Na pesquisa geolingüística do ponto de vista lexical, utiliza-se o questionário semântico-lexical para a coleta de dados. Trata-se de um instrumento semidirigido, com a finalidade de saber a designação que o sujeito entrevistado atribui a um determinado objeto do mundo/espço sócio-histórico. A(s) resposta (s) dada (s) corresponde (m) à (s) designação ou designações utilizada(s) pelos sujeitos num determinado ponto.

Segmentado em domínios (²), o questionário é aplicado numa entrevista. Em geral, as respostas – itens lexicais ou frases breves - se desenvolvem numa seqüência relativamente homogênea. Entretanto, às vezes, a seqüência é interrompida por afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador. Embora a atenção do pesquisador se volte prioritariamente para os itens lexicais, posteriormente transpostos para as listas de freqüência e registrados nas cartas, em muitos trabalhos, as afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador integram as notas colocadas pelo pesquisador, em geral, no verso das cartas.

² - Domínio é o grupo de taxemas que, por sua vez, são classes mínimas de sememas, no interior das quais se definem seus semantemas. Ex.: alimentação (RASTIER, 1987, p. 274 e 276).

O que se verifica é que as várias opções de designações de um atlas, que retratam a variação lingüística de cunho diatópico, correspondem às ocorrências atribuídas aos sujeitos de uma dada comunidade lingüística num tempo sócio-histórico. Nesse sentido, as afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador complementam esse leque de opções. Portanto, as várias opções de designações somadas às afirmações adicionais fornecidas pelo entrevistado ou indagações suplementares do entrevistador, enquanto repertório lingüístico de um grupo localizado em dado ponto num determinado tempo sócio-histórico, representam a fala daquele grupo, com sua variação característica. Nessa variação, verifica-se não apenas o uso de determinadas designações, como também a produção de sentidos diferentes para algumas designações. Isso ocorre principalmente porque os discursos não são fixos, transformam-se em função das transformações sócio-históricas por que passa a sociedade. Os sentidos variam em função do contexto de produção e dos lugares ocupados pelos sujeitos que produzem os discursos. Conforme destaca Fernandes, “Os sentidos são produzidos face aos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução” (2005, p. 23-24).

A título de exemplificação, examinam-se as respostas dadas pelos sujeitos paulistanos à questão do semântico-lexical – “Como chamam aqui uma chuva bem fininha?”. Essa questão faz parte do Questionário Semântico-Lexical do Projeto ALiB e integra o domínio “Fenômenos atmosféricos”. No projeto piloto, a maioria dos sujeitos respondeu *garoa* e poucos responderam *chuvisco*. A partir das acepções encontradas em dois dicionários do Português do Brasil – *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*, de Houaiss, e *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*, de Ferreira, para o verbete *garoa*, verifica-se que se trata de um item lexical constituído

dos seguintes semas inerentes ³: (i) chuva constituída de gotículas com diâmetro inferior a 0,5mm que caem muito próximas umas das outras, resultando em diminuição da visibilidade (FERREIRA); (ii) chuva miúda e persistente. Nos dois dicionários, apontam-se algumas particularidades. Houaiss, por exemplo, diz ser um regionalismo do Brasil e indica duas acepções para o termo: nevoeiro fino e chuva miúda e contínua; chuvisco. Ferreira que também menciona *chuvisco* e explica que “*garoa*, no sentido de chuva fina, miúda e persistente tem como sinônimo “zimbros (bras.), xereré (MA), arenga-de-mulher (PI e PE), xixixi, xixi, toró (N.E.), apaga-pó, jereré (BA), xererém (GO)” (op. cit.).

A partir da consulta aos dois dicionários citados acima, verifica-se que a outra forma variante - *chuvisco* - tem os seguintes semas inerentes: (i) precipitação de gotículas de água quase imperceptíveis, ocasionada pelo alto grau de umidade do ar; (ii) chuva rala e passageira. Houaiss apenas aponta indica outras variantes, sem indicar em que condições são usadas: *garoa ou garua, arenga-de-mulher, buliceira, chivilho, chuvinha, cruviana, curviana, jereré, lebréia, librina, meruja, merujo, mijaceiro, morrinha, neblina, orvalho, xereré, xererém, xixi, xixixi e zimbros*. Dos dois dicionários, constam as variantes: *borraceiro, borriço, chuvinha, molhe-molhe, molinha, molinheira, molinheiro*, sem haver especificação dos locais em que são usadas. Já as variantes mencionadas a seguir aparecem nos dois dicionários, entretanto apenas o *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* aponta o local ou forma de utilização: *-chuvisqueiro* (S. e GO) (bras.) *peneira, apaga-pó* (BA), *lebréia* (MG) e *librina* (pop.).

³ Segundo Rastier, os semas inerentes, provenientes do sistema funcional da língua, se caracterizam como denotativos, distintivos, definitórios e universais (Rastier (1987, p. 44).

Embora tenhamos aqui as respostas a uma única questão, alguns elementos podem ser observados. Inicialmente, nota-se uma grande proximidade entre os sememas dos itens lexicais mais utilizados no *corpus* – *garoa* e *chuveisco*. Apesar dessa proximidade, verifica-se que enquanto a primeira supõe uma chuva persistente, a segunda se refere a chuva passageira. Outro dado importante é a ocorrência de *garoa* em três trabalhos de Geolingüística – no *Atlas Lingüístico da Paraíba*, no *Esboço do Atlas Lingüístico de Minas Gerais* e no *Estudo com vistas a um atlas lingüístico da Ilha de Santa Catarina*. Nos dois primeiros trabalhos, é a forma de frequência mais elevada; e, no último, ocupa a segunda posição. Ainda na carta referente a *garoa*, no *Atlas Lingüístico da Paraíba*, consta o item lexical *chuveisco* na nona posição numa lista de vinte e dois itens.

Outros itens lexicais, apontados como variantes nos dois dicionários, aparecem em cartas referentes a outros temas em diferentes atlas lingüísticos. É o caso de *librina* que aparece na carta referente a *nevoeiro* no *Atlas prévio dos falares baianos*; na carta relativa a *neblina/nevoeiro* no *Atlas Lingüístico de Sergipe*; e na carta referente a *cerração* no *Estudo com vistas a um atlas lingüístico da Ilha de Santa Catarina*.

Outro item lexical que também consta do *Atlas prévio dos falares baianos* é “*cruviana/cuviana*”, na carta referente a *frio forte*, que, segundo as notas do autor do trabalho, pode significar tanto um ventinho frio ou *chuveisco*.

Por último, verifica-se que o item *jereré*, presente nas acepções dos dois dicionários, também consta do *Esboço do Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, na carta referente a *garoa*.

À guisa de conclusão

Ao longo deste trabalho, buscou-se mostrar que o saber/fazer geolinguístico não se restringe à elaboração de atlas linguísticos. Além de ponto de chegada, uma vez que o resultado final, representado sob a forma de listas, tabelas e cartas, parece ser o término de um processo; o atlas linguístico constitui, na verdade, ponto de partida para várias pesquisas.

Do ponto de vista lexical, o atlas resulta num conjunto de cartas, as quais representam a frequência e a distribuição de um item lexical num determinado espaço geográfico. Ao mesmo tempo, esse item lexical pertence a uma dada norma, integra um banco de dados lexicais e faz parte da atividade discursiva de grupos sociais.

Embora, em boa parte das vezes, se faça referência a itens lexicais como respostas a dadas questões, eles não podem ser analisados fora do contexto, sob pena de não se aquilatar o real sentido da variação diatópica.

Referências bibliográficas

ARAGÃO, M. do S. S. de; MENEZES, C.B. de. *Atlas linguístico da Paraíba: v. 1: cartas léxicas e fonéticas e v. 2: análise das formas e estruturas linguísticas encontradas*. Brasília: UFPB/CNPq, 1985.

BARBOSA, M.A. Da microestrutura dos vocabulários técnico-científicos In: *Anais do IV encontro nacional da ANPOLL*. Recife: ANPOLL, 1989.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak et Maria Luiza Negri. São Paulo: Pontes, 1988.

BIDERMAN, M.T.C. “Introdução: as ciências do léxico”. In: OLIVEIRA, A.M.P.P.; ISQUERDO, A.N. (Orgs.) *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. da UFMS, 2001.

BRANDÃO, H.N. *Analisando o discurso*. Disponível em: <<http://www.estacaodaluz.org.br>>. Acesso em: 15 de jan. 2007.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionário 2001*. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, E. *Teoria da linguagem e lingüística geral*. Tradução de Agostinho Dias. Rio de Janeiro: Presença; São Paulo: EDUSP, 1979.

FERNANDES, C.A. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. Goiânia: Trilhas urbanas, 2005.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, C. da S. et al. *Atlas lingüístico de Sergipe*. Salvador, UFBA/FUNDESC, 1987.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 1 CD-ROM.

IMAGUIRE, L. M. C. *Estudo com vistas a um atlas lingüístico da Ilha de Santa Catarina : abordagem dos aspectos lexicais*. 1999. 2v + anexos. Dissertação (Mestrado em Lingüística) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

POTTIER, B. *Théorie et analyse en linguistique*. Paris: Hachette, 1987.

RASTIER, F. *Sémantique interprétative*. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

RIBEIRO, J. et al. *Esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais*. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1977.

ROSSI, N. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL; MEC, 1963.

SANTOS, I.P. dos “A gramática e a política de ensino/domínio da língua materna: algumas reflexões”. *In: Atualização em língua portuguesa para professores de 2º grau*. Noções básicas de Lingüística. São Paulo: Vitae, Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1992, p. 7-19.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.